

ANTAGONISMO E AGONISMO EM LACLAU E MOUFFE: O PAPEL DO SUJEITO NO DISCURSO POLÍTICO

Marcos Cardoso dos Santos*

Resumo: A filosofia política de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe permite que seja analisado como ocorre a formação de discursos hegemônicos no meio da sociedade. Ao apresentar o projeto de uma democracia radical, os autores propõem uma perspectiva agonística que pode substituir a dimensão antagônica inerente à noção do ‘político’ o qual permeia todo campo discursivo presente nas relações sociais. O sujeito é apresentado como posições dentro do discurso

Palavras-chave: Pós-estruturalismo. Agonismo. Hegemonia. Discurso.

ANTAGONISM AND AGONISM IN LACLAU AND MOUFFE: THE ROLE OF THE SUBJECT IN POLITICAL DISCOURSE

Abstract: The political philosophy of Ernesto Laclau and Chantal Mouffe allows the analysis on how takes place the formation of hegemonic discourses within society. Presenting the blueprint of a radical democracy, the authors propose an agonistic perspective that can replace the antagonistic dimension inherent to the notion of the ‘political’ which permeates the entire discursive field present in the social relations.

Keywords: Poststructuralism. Agonism. Hegemony. Discourse.

1. Introdução

Este trabalho tem por finalidade problematizar dois termos atualmente em discussão na filosofia política de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, quais sejam, a questão do agonismo e o papel do sujeito durante as articulações dos discursos que buscam hegemonia em sociedades.

O trabalho seguirá uma perspectiva pós-estruturalista na qual será focalizada a contingência frente à essência, assim como a precariedade da fixação dos significados dos discursos. O estruturalismo refere-se à tradição teórica nas ciências humanas e sociais que fundamenta-se no modelo linguístico de Ferdinand de Saussure (1967) para analisar e interpretar fenômenos sociais. Saussure privilegia a forma sobre a substância, focalizando sua atenção nas regras e padrões sociais subjacentes que governam os signos individuais de um sistema, em vez de valorizar propriedades e características de

* Graduando em Filosofia e Teologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro e na Faculdade Batista do Rio de Janeiro, respectivamente.

indivíduos. Há também no estruturalismo um comprometimento com uma ontologia relacional em vez de essencialista. A identidade de um elemento linguístico depende das diferenças e oposições relacionadas aos outros elementos do sistema. O estruturalismo generaliza estas suposições teóricas a todos os sistemas culturais e sociais descentralizando o sujeito humano da explicação, descrição e avaliação dos processos sociais. O sujeito, por sua situação, capacidade de percepção e suas possibilidades práticas, pressupõe processos e condições que dominam e até mesmo prevalecem sobre ele. O prefixo ‘pós’ acrescentado ao estruturalismo representa a existência de um mundo com elementos radicalmente contingentes, sejam linguísticos ou não linguísticos, cujos significados e propriedades não podem ser exaustivamente capturados de nenhuma maneira (HOWARTH, 2013, pp. 9,10; LACLAU e MOUFFE, 2001, pp. 105-14). Quando o modelo linguístico de Saussure foi introduzido no campo das ciências humanas, o efeito da sistematicidade passou a vigorar, tornando o modelo um sistema fechado, uma nova forma de essencialismo. O ‘pós’-estruturalismo envolveu a ruptura com esta visão de um espaço estrutural plenamente constituído, e resultou na concepção de um espaço relacional incapaz de constituir a si mesmo, um campo dominado pelo desejo de uma estrutura que estaria sempre ausente (LACLAU e MOUFFE, 2001, pp. 112-3).

Convém ressaltar que, para o pós-estruturalismo, discurso não se refere simplesmente ao aspecto verbal das relações sociais em detrimento do material. Conforme Laclau, o cerne da teoria do discurso é que *“the very possibility of perception thought and action depends on the structuration of a certain meaningful field which pre-exists any factual immediacy”* (LACLAU, 1993, p. 541)¹⁶⁴. Não se menosprezam os danos que podem ser causados por catástrofes naturais e muito menos o potencial bélico de um carro de combate. Entretanto, a teoria do discurso analisa se uma catástrofe natural representa a ira de Deus ou um ato do acaso (LACLAU e MOUFFE, 2001, p. 108), assim como se um carro de combate está sendo utilizado para uma ocupação militar ilegítima ou para cumprir uma operação de paz sob mandado da ONU.

No que diz respeito ao sujeito dentro da visão pós-estruturalista, este é entendido, para Laclau e Mouffe, como posições dentro do discurso. Para cada tema que

164 “a possibilidade de percepção, pensamento e ação dependem da estruturação de um determinado campo significativo que preexiste a qualquer imediatismo factual”. (LACLAU, 1993, p. 541, tradução nossa).

surge somos levados a demonstrar nosso posicionamento revelando, assim, em que discursos estamos inseridos. Embora Marx não seja enquadrado como um pós-estruturalista, há uma passagem de sua autoria que reflete bem a inserção do indivíduo em discursos. Em sua obra, o *18 Brumário de Luis Bonaparte*, Marx afirma que: “Os homens fazem sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhe foram transmitidas assim como se encontram” (MARX, 2011, p. 25). Há aspectos que estão fortemente sedimentados dentro dos discursos e que, dessa forma, limitam as ideias e novos discursos que possam surgir. O sujeito estaria, portanto, “sujeito” ao discurso no qual está inserido sofrendo uma limitação quanto a sua liberdade e quanto a sua emancipação de discursos contra os quais venha a se opor (LACLAU e MOUFFE, 2001, p. 115).

Inicialmente haverá uma elucidação dos termos agonismo e antagonismo conforme a crítica de Chantal Mouffe à democracia deliberativa. Mouffe ressalta que a crença no consenso político não pode deixar de considerar as paixões que fomentam as identidades coletivas que derivam das formações discursivas. Prosseguindo será identificada a figura do sujeito no discurso a fim de se compreender qual a força motriz para as mudanças sociais e políticas. Por fim, haverá uma crítica ao modelo apresentado por Laclau e Mouffe, tendo em vista que a mesma contingencialidade que favorece a implementação de discursos contra-hegemônicos não garante a existência de um viés ético para a sua manutenção e nem mesmo uma perpétua motivação para qualquer tipo de ativismo político.

2. Agonismo e Antagonismo em Laclau e Mouffe

É vital compreendermos o que Laclau e Mouffe distinguem como o ‘social’ e o ‘político’. Embora nem todos os pós-estruturalistas concordem com a filosofia política de Laclau e Mouffe, tais conceitos, todavia, são reconhecidos no referido meio acadêmico (HOWARTH, 2013). O social diz respeito ao ‘seguir as regras’ (*rule-following*), à observação, por parte do sujeito, dos discursos que estão sedimentados na sociedade. Refere-se a um sistema de regras que desenha um horizonte no qual alguns objetos são representáveis enquanto outros são excluídos. No social estão inseridas

também instituições como partidos políticos e parlamentos, o que Mouffe caracteriza como o ‘*politics*’ (MOUFFE, 2005, p.9). O político (*political*) refere-se à atividade de instituição do campo social, aos limites e exclusões decorrentes da ação de estratégias contra-hegemônicas que resistem e logram impor seu discurso. O político procede das demandas sociais e é inerente a qualquer processo de mudança social (LACLAU, 2005, p. 117).

Em *Hegemony and Socialist Strategy*, obra cuja primeira edição data de 1985, Laclau e Mouffe, tiveram como ponto de partida os trabalhos de Ferdinand de Saussure (1967). Um aspecto interessante da teoria de Saussure foi sua pressuposição de que os significados não são positivos, mas sim relacionais. Não podemos compreender o significado de pai analisando o termo em si mesmo. Sua compreensão é atingida ao compararmos o termo com mãe, filho, avós, tios etc. Este aspecto retira a objetividade dos significados, abrindo caminho para o domínio de metáforas no campo discursivo. Para Laclau o social é um campo não suturado significativamente, um espaço no qual toda positividade é metafórica e passível de subversão. Na mesma linha de raciocínio, o sujeito é “*constructed through language, as a partial and metaphorical incorporation into a symbolic order*” (LACLAU e MOUFFE, 2001, p. 126)¹⁶⁵. O sujeito somente assume sua forma específica de representação como metáfora (LACLAU, 1990, p. 63).

Tendo em vista o aspecto relacional do significado, o sujeito, necessariamente, nega o “Outro”, aquilo que se lhe opõe e, ao mesmo tempo, permite que ele possua significado. Sendo assim, o caráter essencialista da ontologia, no qual o significado refere-se a um objeto em si, é abandonado para dar lugar à contingência. Aquilo que ‘é’ só pode ser por força de um exterior constitutivo (*constitutive outside*)¹⁶⁶ (LACLAU, 1990, p. 235) que, paradoxalmente, constitui sua condição de possibilidade e impossibilidade. O ‘Outro’ é aquele que me impede de ser eu mesmo e, concomitantemente, me faculta existir (LACLAU e MOUFFE, 2001, p. 125). De acordo com Mouffe, por meio do exterior constitutivo verifica-se que:

165 “construído por meio da linguagem, como uma incorporação parcial e metafórica na ordem simbólica” (LACLAU e MOUFFE, 2001, p. 126, tradução nossa).

166 O termo *constitutive outside* foi inicialmente desenvolvido por Henry Staten em seu trabalho *Wittgenstein and Derrida*, de 1984, no qual o autor analisa termos derridianos tais como ‘suplement’, ‘trace’ e ‘différance’.

[...] the creation of an identity implies the establishment of a difference, difference which is often constructed on the basis of a hierarchy, for example between form and matter, black and white, man and woman, etc. Once we have understood that every identity is relational and that the affirmation of a difference is a precondition for the existence of any identity, i.e. the perception of something ‘other’ which constitutes its ‘exterior’, we are, I think, in a better position to understand Schmitt’s point about the ever presente possibility of antagonism and to see how a social relation can become the breeding ground for antagonism (MOUFFE, 2005, p. 15).¹⁶⁷

A citação anterior de Mouffe, traz à discussão o posicionamento de Carl Schmitt (1996) sobre o político e sua relação com o conceito de identidade e sujeito na perspectiva pós-estruturalista. Para Schmitt, o critério do político é a diferenciação entre amigo e inimigo. Ele deixa claro, no entanto, que o inimigo político não necessariamente precisa ser moralmente mau ou esteticamente feio, nem precisa parecer-se com um competidor em termos econômicos. Ele é, entretanto, “*the other, the stranger; and it is suficiente for his nature that he is, in a specially intense way, existentially something different and alien, so that in the extreme case conflicts with him are possible*” (SCHMITT, 1996, p. 27)¹⁶⁸. Em relação ao posicionamento de Schmitt, Mouffe acrescenta que a distinção entre amigo e inimigo pode ser considerada, meramente, como uma das possíveis formas de construção da relação de identidades coletivas do tipo ‘nós’ e ‘eles’ (MOUFFE, 2005, p. 16).

Para que avancemos ao conceito de hegemonia, é importante conhecermos a concepção de discurso. Laclau define discurso como:

The ensemble of rules, plus those actions which implement/distort/subvert them is what we call ‘discourse’ and when we are referring not to parricular language games but to the interaction/articulation between a plurality of them – what Wittgenstein

167 a criação de uma identidade implica o estabelecimento de uma diferença, diferença que é geralmente construída baseando-se em uma hierarquia, por exemplo entre forma e matéria, preto e branco, homem e mulher etc. Uma vez que tenhamos compreendido que toda identidade é relacional e que a afirmação de uma diferença é a pré-condição para a existência de qualquer identidade, i.e. a percepção de alguma coisa ‘outra’ que constitui seu ‘exterior’, estamos, eu penso, em uma melhor posição para entender a perspectiva de Schmitt sobre a possibilidade sempre presente do antagonismo e de ver como a relação social pode se tornar o terreno fértil do antagonismo (MOUFFE, 2005, p. 15, tradução nossa).

168 “o outro, o estranho; e é suficiente para sua natureza que ele seja, de uma forma especialmente intensa, algo existencialmente diferente e alheio, de tal forma que em caso extremo sejam possíveis conflitos com ele” (SCHMITT, 1996, p. 27, tradução nossa).

calls ‘form of life’ – we speak of a ‘discursive formation’(LACLAU, 2000, p. 284)¹⁶⁹

No âmbito das formações discursivas é que opera a hegemonia (LACLAU, 2000, p. 284), considerada por Laclau como a operação em que

[...] one difference, without ceasing to be a particular difference, assumes the representation of an incommensurable totality. In that way, its body is split between the particularity which it still is and the more universal signification of which it is the bearer. This operation of taking up, by a particularity, of an incommensurable universal signification is what I have called hegemony (LACLAU, 2005, p. 70)¹⁷⁰.

Laclau e Mouffe (2001) entendem que todo discurso hegemônico gera uma estratégia contra-hegemônica, tendo em vista que todo discurso depende de um “Outro” antagonico para opor-se a ele sendo, ao mesmo tempo, sua condição de possibilidade e impossibilidade. A hegemonia constitui-se em um processo que fixa determinados significados, fazendo com que pareçam naturais. O antagonismo entre discursos produz novos significados, que se opõem aos existentes em um processo contra-hegemônico. Dessa maneira, hegemonia é entendida como um *“kind of contingent intervention required by the crisis or collapse of what would have been a ‘normal’ historical development”* (LACLAU e MOUFFE, 2001, p.7)¹⁷¹.

Diante da democracia deliberativa que ora vige nos Estados contemporâneos, Mouffe discute a perspectiva schmittiana defendendo que sua noção de “democracia radical” visa transformar o antagonismo em um agonismo pluralista. O agonismo consiste na competição entre adversários, assim como no antagonismo. A diferença entre os dois conceitos é que no agonismo há regras que são compartilhadas simbolicamente entre os adversários que competem no jogo político, o que já não

169 O conjunto de regras, mais aquelas ações que as implementam/distorcem/subvertem é o que nós chamamos de ‘discurso’ e quando estamos nos referindo não a jogos de linguagem particulares mas à interação/articulação entre a pluralidade deles- o que Wittgenstein chama de ‘formas de vida’- estamos falando de uma ‘formação discursiva’ (LACLAU, 2000, p. 284, tradução nossa).

170 [...]uma diferença, sem deixar de ser uma diferença em particular, assume a representação de uma totalidade incomensurável. Dessa forma, seu corpo é dividido entre a particularidade que ela ainda é, e a significação mais universal da qual ela é a portadora. Essa operação de assumir, por uma particularidade, uma significação universal é o que tenho chamado de hegemonia (LACLAU, 2005, p. 70, tradução nossa).

171 “tipo de intervenção contingente requerida pela crise ou colapso do que teria sido um desenvolvimento histórico ‘normal’” (LACLAU e MOUFFE, 2001, p. 7, tradução nossa).

existiria no antagonismo (MOUFFE, 1999). Para Mouffe os adversários em uma relação agonística são

defined in a paradoxical way as “friendly enemies”, that is, persons who are friends because they share a common symbolic space but also enemies because they want to organize this common symbolic space in a different way (MOUFFE, 2000, p. 13)¹⁷².

A proposta de Mouffe é que essas regras comuns reflitam a contingência e a fixação parcial dos significados dos discursos adotados pelos grupos sociais que compõem a sociedade. Tal postura incentivaria a luta política pela mudança do *status quo*, tendo em vista que os discursos hegemônicos não são determinados ou resultado de uma necessidade histórica. Da mesma maneira, a precariedade dos significados permite a mutação de identidades, favorecendo o apoio a questões novas que surjam na sociedade: “*Every hegemonic order is susceptible of being challenged by counter-hegemonic practices, i.e. practices which will attempt to disarticulate the existing order so as to install another form of hegemony*” (MOUFFE, 2005, p. 18)¹⁷³.

As instituições estatais seriam o meio pelo qual o agonismo pluralista produziria discursos contra-hegemônicos (MOUFFE, 2000, p. 22). Tais discursos, entretanto, surgiriam de um consenso conflituoso (*conflictual consensus*) que proveria um espaço simbólico comum entre os adversários por ela considerados como ‘inimigos legítimos’. O objetivo do agonismo pluralista seria a transformação profunda das relações de poder existentes e o estabelecimento de uma nova hegemonia (MOUFFE, 2005, p. 52). A crítica de Mouffe à democracia deliberativa prende-se ao fato de que o consenso liberal não representa o resultado de um processo racional, mas sim a prevalência de um discurso hegemônico (MOUFFE, 1999). No entanto, o que garantiria que o novo discurso, contra-hegemônico, seria mais justo que o anterior? Será que ao final o que restaria como parâmetro seria a capacidade do novo discurso em minimizar os efeitos de desigualdade e restrição de liberdade num mundo globalizado e governado pelo interesse supremo do capital? Caso positivo, o objetivo da estratégia contra-hegemônica

172 definidos de uma forma paradoxal como ‘inimigos amigáveis’, ou seja, pessoas que são amigos por compartilharem um espaço comum simbólico, mas também inimigos pois querem organizar esse espaço comum simbólico de uma forma diferente (MOUFFE, 2000, p. 13, tradução nossa).

173 “Toda ordem hegemônica é suscetível de ser desafiada por práticas contra-hegemônicas, i. e., práticas que tentarão desarticular a ordem existente de forma a instalar outra forma de hegemonia” (MOUFFE, 2005, p. 18, tradução nossa).

se prenderia simplesmente a questões econômicas? Em resposta, Mouffe afirma que reconhece o papel crucial desempenhado pelo poder econômico na estruturação de uma ordem hegemônica (MOUFFE, 2005, p.54), mas ao mesmo tempo entende que as lutas não se dão mais entre classes, mas entre coletividades que são excluídas devido aos limites discursivos estabelecidos pelas ordens hegemônicas (LACLAU e MOUFFE, 2001). A filosofia política de Laclau e Mouffe apresenta-se, portanto, como capaz de revelar a impossibilidade do estabelecimento de um consenso sem exclusão (MOUFFE, 1999, p. 757). Mouffe acrescenta ainda que a ‘racionalidade’ da democracia deliberativa prega o desaparecimento das identidades coletivas devido à dinâmica da política contemporânea. O único tipo de oponente radical vislumbrado na contemporaneidade é o tradicionalista ou o fundamentalista, os quais, em reação contra o desenvolvimento da sociedade pós-tradicional tenta reafirmar as antigas certezas da tradição (MOUFFE, 2005, p. 49). No entanto, Mouffe critica os defensores dessas ideias alegando que na perspectiva do político como estabelecimento de discursos hegemônicos, inimigos são todos aqueles cujas demandas não são reconhecidas como legítimas e que, por isso, devem ser excluídos dos debates democráticos (MOUFFE, 2005, p. 50).

Mouffe também critica a teoria democrática deliberativa por não reconhecer o papel das paixões como uma das principais forças motrizes no campo político. A democracia deliberativa encontrar-se-ia, assim, desarmada quando diante das diversas manifestações das paixões. A autora também atribui o elevado nível de abstenções nas eleições europeias justamente devido à ênfase no consenso, pois a mobilização requer politização. No entanto, a politização não pode existir sem a produção de uma representação conflituosa do mundo, de campos opostos com os quais as pessoas possam identificar-se, permitindo, dessa forma, que as paixões possam ser mobilizadas politicamente dentro do espectro de um processo democrático (MOUFFE, 2005, pp. 24-25).

Conforme Carl Schmitt (1996), cuja obra inspirou a teoria agonística de Mouffe e Laclau, os fundamentos liberais, a saber, a individualidade e a racionalidade, são óbices à compreensão da inerradicabilidade do político das relações sociais (SCHMITT, 1996, p. 70). Tais fundamentos também dificultam o entendimento de que o político requer o coletivo para se manifestar. Isso deve-se ao fato de que o pensamento liberal não se ateve ao político em si, mas a questões ligadas à ética e à economia. A

individualidade não enfatiza o aspecto coletivo das relações sociais, antes volta-se para a garantia da liberdade em termos de propriedade, direito de expressão, entre outros. A racionalidade produz a fé no indivíduo que possui a capacidade de entrar em consenso sobre qualquer tipo de questão. Dessa forma, “*the political concept of battle in liberal thought becomes competition in the domain of economics and discussion in the intellectual realm*” (SCHMITT, 1996, p. 71)¹⁷⁴.

Convém, portanto, que reflitamos sobre o aspecto coletivo da identidade e do sujeito no processo de formação de discursos hegemônicos e contra-hegemônicos no campo político.

3. O sujeito na formação dos discursos.

Na quarta parte do livro *New Reflections on the Revolution of our Time*, em que constam entrevistas feitas com Laclau, o autor é questionado sobre uma possível tensão em seus trabalhos entre uma visão do sujeito como passivamente construído pelas estruturas e como um agente autodeterminado. Laclau responde que a lógica da hegemonia, como o primeiro campo para a constituição da subjetividade, pressupõe uma falta no âmago das estruturas, ou seja, a impossibilidade de que atinjam uma identidade plena. A falta é precisamente o *locus* do sujeito cuja relação com a estrutura acontece por meio de vários processos de identificação. Para Laclau, a apresentação de alternativas exclusivas como passividade e agência implicam uma visão tradicional de identidade e plenitude. O ponto principal é que as estruturas não poderão jamais adquirir a plenitude de um sistema fechado, pois o sujeito é essencialmente ‘falta’. O questionamento sobre o ‘quê’ ou ‘quem’ transforma as relações sociais não seria pertinente, pois não se trata de alguém ou algo produzindo um efeito de transformação ou articulação, como se a identidade fosse, de alguma maneira, prévia ao efeito. A produção do efeito é parte da construção da identidade do agente que a produz (LACLAU, 1990, pp. 210-11). “*It is because the lack is constitutive that the production of an effect constructs the identity of the agent generating it*” (LACLAU, 1990,

174 “o conceito político de conflito no pensamento liberal torna-se competição no domínio da economia e discussão na esfera intelectual (SCHMITT, 1996, p. 71, tradução nossa).

p.211)¹⁷⁵. Não se trata, portanto, de quem seja o agente da hegemonia, mas sim de como alguém se torna sujeito por meio de uma articulação hegemônica (LACLAU, 1990, p. 211).

Para o pós-estruturalismo não há um significado transcendental. Ele é abandonado e com ele também a possibilidade de fixação de um significado que subjaz ao fluxo de diferenças. A falta de um significado transcendental estende o domínio e o jogo de significações infinitamente. Todo discurso é constituído como uma tentativa de dominar o campo de discursividade e capturar o fluxo de diferenças (LACLAU e MOUFFE, 2001, pp. 111-12).

Essa infinita busca por significados identifica o sujeito com a falta constante (LACLAU, 1994, pp. 2-3) e somente um ponto nodal, um significado mestre, seria capaz de impedir esse permanente deslizamento na procura de significados (LACLAU e MOUFFE, 2001, p. 105). O conceito de ponto nodal (*point de capiton*) é tomado emprestado de Jacques Lacan (1966, p. 805) significando um termo (tema) particular que assume uma função estruturadora universal dentro de um determinado campo discursivo (LACLAU e MOUFFE, 2001, pp. xi, 113). Os pontos nodais também são chamados por Laclau e Mouffe de significantes tendencialmente vazios tendo em vista serem signos privilegiados em torno dos quais um discurso é organizado. Os pontos nodais têm a capacidade de esvaziar-se parcialmente de seus significados a fim de representar uma cadeia de equivalência que compõe um discurso hegemônico (LACLAU e MOUFFE, 2001, p. 135).

Dentro da perspectiva do sujeito e sua relação com o discurso, Laclau e Mouffe (2001, p. 115) definem identidade como posições do sujeito dentro de determinados discursos. Portanto,

Subjects cannot [...] be the origin of social relations - not even in the limited sense of being endowed with powers that render an experience possible – as all ‘experience’ depends on precise discursive conditions of possibility (LACLAU e MOUFFE, 2001, p. 115)¹⁷⁶.

175 “É porque a falta é constitutiva que a produção de um efeito constrói a identidade do agente que o gera” (LACLAU, 1990, p. 211, tradução nossa).

176 Sujeitos [...] não podem ser a origem das relações sociais, nem sequer no sentido limitado de estarem dotados de faculdades que possibilitem uma experiência, já que toda ‘experiência’ depende de condições discursivas de possibilidade precisas (LACLAU e MOUFFE, 2001, p. 115, tradução nossa).

Embora Laclau e Mouffe afirmem que onde quer que haja poder há resistência, eles reconhecem que as formas de resistência podem ser extremamente variadas. Somente em alguns casos estas formas de resistência tomam um caráter político e tornam-se em lutas direcionadas a pôr um fim às relações de subordinação. Laclau e Mouffe exemplificam com as lutas das mulheres, ao longo dos séculos, contra a dominação masculina. Eles relatam que foi somente sob certas condições e formas específicas que conseguiu emergir o movimento feminista, o qual demandava igualdade diante da lei em primeiro lugar e, subsequentemente, em outras áreas. O ‘político’, portanto, diz respeito a um tipo de ação cujo objetivo é a transformação de uma relação social que constrói um sujeito numa relação de subordinação (LACLAU e MOUFFE, 2001, p. 153). O problema central seria identificar as condições discursivas para a emergência de uma ação coletiva direcionada a lutar contra as desigualdades e a desafiar as relações de subordinação. Cabe a nós distinguirmos as condições sob as quais as relações de subordinação tornam-se relações de opressão e, dessa forma, se constituem em local de ocorrências de antagonismos. A tese principal de Laclau e Mouffe consiste em que

[...] it is only from the moment when the democratic discourse becomes available to articulate the different forms of resistance to subordination that the conditions will exist to make possible the struggle against different types of inequality (LACLAU e MOUFFE, 2001, p. 154)¹⁷⁷.

Ainda aprofundando a relação do sujeito com os discursos de subordinação, Mouffe, afirma que a prática política dos adversários em uma relação agonística não consiste em defender os direitos de identidades pré-constituídas, mas antes em constituir essas identidades em um terreno precário e sempre vulnerável (MOUFFE, 1999, p. 753). As identidades constituem-se durante as resistências, pois a condição de possibilidade da resistência está na presença do ‘Outro’, do discurso de dominação, hegemônico. A compreensão da identidade não é produzida pela noção do que ela é, mas sim pela reflexão sobre o que a impede de ‘ser’ (LACLAU, 1990, p. 44). Segundo Laclau,

177 [...] é somente a partir do momento em que o discurso democrático se torna disponível para articular as diferentes formas de resistência à subordinação que existirão as condições para que seja possível a luta contra diferentes tipos de desigualdades (LACLAU e MOUFFE, 2001, p. 154, tradução nossa).

A free society is not one where a social order has been established that is better adapted to human nature, but one which is more aware of the contingency and historicity of any order (LACLAU, 1990, p. 211)¹⁷⁸.

Nesse aspecto, o projeto de Mouffe relativo a uma democracia radical, esbarra no fato de que a estratégia contra-hegemônica, por si só, não é capaz de tornar justo ou ético o discurso de resistência. Na atualidade, é perceptível que termos como liberdade e igualdade possuem as características de significantes vazios, podendo funcionar como pontos nodais para diversos discursos. Todavia, partindo das ideias de Laclau e Mouffe, percebemos que, tendo em vista a contingência e a precariedade de todos os discursos, a liberdade e a igualdade não possuem significados em si, mas são frutos de um contexto histórico ou, como diria Gramsci, de um bloco histórico (GRAMSCI, 1971, p. 209).

4. Considerações Finais

O discurso que nos sujeita busca indefinidamente por metáforas que minimizem sua necessidade por significados. Isso produz a falta que motiva o sujeito a lutar por discursos contra-hegemônicos. Esses mesmos discursos de oposição, antagônicos, serão substituídos por outros ao longo da história. Tudo isso revela que no jogo político a verdade está dentro do discurso e que nossas insatisfações e demandas estarão sempre presentes na sociedade buscando, incessantemente, ser saciadas.

A proposta de Mouffe com seu agonismo pluralista, ao mesmo tempo que prescreve a oposição a discursos hegemônicos deixa clara a precariedade dos novos significados. No entanto, Mouffe vislumbra a identificação com novos discursos como uma oportunidade para a emancipação da sociedade (MOUFFE, 2005). A formação de discursos contra-hegemônicos deve dar-se por meio das instituições democráticas previamente estabelecidas. Essas instituições, todavia, estão impregnadas com o pensamento liberal sedimentado no discurso democrático deliberativo. Por sua ênfase na racionalidade e na individualidade, há uma descrença de que identidades coletivas movidas pela paixão política possam alterar o *status quo* ao ponto de prevalecer sobre o discurso até então dominante. No entanto, não se pode erradicar o político das relações

178 Uma sociedade livre não é aquela onde a ordem social que tem sido estabelecida é a melhor adaptada à natureza humana, mas aquela que está mais consciente da contingência e historicidade de qualquer ordem” (LACLAU, 1990, p. 211, tradução nossa).

sociais tendo em vista as próprias características dos discursos anteriormente apresentadas nesse trabalho. Se a erradicação do político fosse uma possibilidade, estaríamos sob o risco de a sociedade tornar-se inerte e passiva frente às imposições do discurso hegemônico nas diversas áreas que são de interesse da sociedade como um todo.

Entendemos, na verdade, que tanto a resistência contra a subordinação quanto a estratégia contra-hegemônica de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe têm por finalidade atingir a liberdade e a igualdade, compreendidas no contexto do momento histórico da contemporaneidade.

Na análise da filosofia política dos autores mencionados, percebemos a interrelação entre as articulações discursivas e a constituição de identidades. O poder do ‘político’ é manifesto na sua capacidade de estabelecer limites e definir significados que geram exclusões no campo social em que vivemos. Motivados pelo sujeito da falta podemos perceber as possibilidades que se configuram na sociedade para fazermos frente aos discursos dominantes. Nessa perspectiva, somos incitados a lutar, ainda que precariamente, pela liberdade e igualdade que os jogos de linguagem e as formas de vida nos permitem gozar.

REFERÊNCIAS:

GRAMSCI, Antonio. **Selections from the Prison Notebooks**. Tradução e edição: Quintin Hoare e Geoffrey Nowell Smith. New York: International Publishers, 1971. 483 p.

HOWARTH, David R. **Poststructuralism and After: Structure, Subjectivity and Power**. New York: Palgrave Macmillan, 2013.

LACAN, Jacques. **Écrits**. Paris: Éditions du Soleil, 1966.

LACLAU, Ernesto. Discourse. In: GOODIN, Robert E.; PETTIT, Philip; POGGE, Thomas (Ed.). **The Blackwell Companion to Contemporary Political Philosophy**. Oxford: Blackwell, 1993. p. 541.

LACLAU, Ernesto. Constructing Universality. In: BUTLER, Judith; LACLAU, Ernesto; ZIZEK, Slavoj. **Contingency, Hegemony, Universality: Contemporary Dialogues on the Left**. London: Verso, 2000.

LACLAU, Ernesto. **Emancipation(s)**. New York: Verso, 2007. 135 p.

LACLAU, Ernesto. Introduction. In: LACLAU, Ernesto (Ed.). **The Making of Political Identities**. London: Verso, 1994.

- LACLAU, Ernesto. **New Reflections on the Revolution of our Time**. New York: Verso, 1990
- LACLAU, Ernesto. **On Populist Reason**. London: Verso, 2005.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemony and Socialist Strategy: towards a radical democratic politics**. 2. ed. New York: Verso, 2001. 198 p.
- LACLAU, Ernesto. Posición de sujeto y antagonismo: la plenitud imposible. In: ARDITI, Benjamin (Ed). **El Reverso de la Diferencia: Identidad y Política**. Caracas: Nueva Sociedad, 2000, pp. 153-168.
- MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Editora Boitempo, 2011
- MOUFFE, Chantal. Deliberative Democracy or Agonistic Pluralism? [S.l.] **Social Research**, vol 66, n 3, 1999.
- MOUFFE, Chantal. **On the Political**. Abingdon: Routledge, 2005.
- MOUFFE, Chantal. **The Democratic Paradox**. New York: Verso, 2000.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Cours de Linguistique Générale**. Paris: Éditions Payot et Rivages, 1967
- SCHMITT, Carl. **The Concept of the Political**. Chicago: University of Chicago Press, 1996.
- STATE, Henry. **Wittgenstein and Derrida**. Nebraska: University of Nebraska Press, 1984.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. **Philosophical Investigations**. Oxford: Basil Blackwell Ltda, 1986.